

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## DESLOCAMENTOS DE MULHERES INDÍGENAS DISCENTES MAKUXI E WAPICHANA E SUAS SUBJETIVIDADES

Mary Jane Barreto de Souza <sup>1</sup>

Raimunda Gomes da Silva <sup>2</sup>

**Resumo:** Os deslocamentos de indígenas Makuxi e Wapichana entre Brasil e Guyana ocorrem desde tempos passados, decorrentes de questões políticas e culturais, ao qual as mulheres indígenas tem seu papel fundamental em tais processos. Investigou se o processo de deslocamentos das mulheres indígenas e as subjetividades de gênero a partir de suas narrativas, para entender os arranjos dessas relações sociais, culturais e de gênero. Com isso, busca-se compreender quais questões contribuíram para seu deslocamento; que subjetividades de gênero elas tecem nesses processos de deslocamentos, nos seus lugares de origem e na apropriação da Comunidade Raimundão I e dos espaços escolares. A metodologia está baseada em história oral por meio de entrevistas semiestruturadas relacionadas aos processos de deslocamentos e subjetividades de gênero. Os resultados indicam que a experiência migratória, vinculada a apropriação da comunidade indígena Raimundão I e da Educação escolar indígena, foi um fator fundamental para que essas mulheres buscassem melhores oportunidades de vida, autonomia e liberdade, pois através dos estudos as mesmas passaram a ter mais perspectiva de vida, formulando um sentido de quem eram e o que queriam, enxergando possibilidades que antes lhe eram restritas.

**Palavras-chave:** Deslocamentos; subjetividade, gênero.

### Introdução

O presente artigo reporta uma pesquisa sobre o processo de deslocamentos de mulheres indígenas discentes Makuxi e Wapichana entre Brasil e Guyana. Com reflexões sobre os aspectos de formações (afirmações) identitárias nos processos educacionais escolares em comunidades indígenas. faz parte da pesquisa de Mestrado em Educação intitulada “Deslocamentos de mulheres Makuxi e Wapichana: apropriação dos conhecimentos escolares e relações de gênero (Brasil-Guyana)” vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), Especialista em História da Amazônia pela Universidade Estadual de Roraima (UERR), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). Boa vista / Roraima / Brasil. Integrante do grupo de Estudo; Gênero, Cultura e Deslocamentos. E-mail: [Maryjane252011@hotmail.com](mailto:Maryjane252011@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em História social pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora do grupo de Estudo; Gênero, Cultura e Deslocamentos. E-mail: [silvaraimunda@uerr.com.br](mailto:silvaraimunda@uerr.com.br)

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

da Universidade Estadual de Roraima (UERR) em convênio com Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Roraima (IFRR).

A problemática da pesquisa foi compreender quais questões contribuíram para seu deslocamento; que subjetividades de gênero elas tecem nesses processos de deslocamentos, nos seus lugares de origem e na apropriação da Comunidade Raimundão I e dos espaços escolares; como são construídas e reconstruídas as identidades de gênero e étnica.

Quanto a metodologia de pesquisa, optou se pela História Oral, por meio de entrevista semiestruturada com mulheres indígenas Makuxi e Wapichana que estudam na escola Estadual Eurico Mandulão. O roteiro das entrevistas contempla questões relacionadas com temas de análise da presente pesquisa a partir da abordagem de gênero. Dessa maneira, analisar as narrativas dessas mulheres na perspectiva de gênero é favorecer a libertação dos sujeitos frente à sociedade patriarcal, visto que, as identidades são negadas historicamente.

## **1. DESLOCAMENTOS E SUBJETIVIDADES**

O fenômeno do deslocamento em si já indica práticas interculturais entre as distintas partes, isto é, as mulheres indígenas de cada região. Desse modo, em suas narrativas estão presentes não apenas as circunstâncias de seu deslocamento do território de origem, mas também a incorporação de novas experiências adquiridas no território de chegada.

Diante desta perspectiva, se insere as experiências, desafios e possibilidades dessas mulheres nos deslocamentos, tais como as mudanças relacionadas ao processo de formação de mulheres indígenas por meio da educação escolar indígena, especialmente o processo de construção e à reconstrução das identidades étnicas e de gênero.

Os povos Macuxi e Wapichana, habitantes históricos desse território. Nestas áreas os povos indígenas estabelecem territórios cuja ancestralidade possui talvez milhares de anos e desde esses tempos imemoriáveis as mulheres têm presença fundamental. Seus ancestrais remotos já praticavam “processos migratórios” em parte do circuito geopolítico hoje relativo aos territórios do Brasil e da Guyana.

Desse modo, Oliveira (2010) e Baines (2012) ressaltam que os indígenas que fazem esses deslocamentos entre Brasil e Guyana reconhecem o território como ancestral,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pertencente aos seus antepassados e, portanto a eles próprios, não levando em consideração a questão da fronteira geopolítica internacional. Que mesmo após a delimitação das fronteiras nacionais e as transformações geopolíticas não foram impedimento para que ocorresse o trânsito dos povos indígenas na fronteira, continuando a se deslocar de um país para outro, sendo favorecida pelas “redes de parentescos que se ramificam entre as aldeias nos dois lados dessa fronteira e por dentro desses estados nacionais por toda a região do lavrado” (BAINES, 2012, p. 151).

Todavia, cabe igualmente perceber a presença feminina nos fluxos migratórios nos últimos anos em ambiente fronteiriço e entender que o melhor termo para se referir a estes movimentos parece ser deslocamento.

[...] mesmo a definição de mobilidade territorial ancestral, precisa ser olhada com cautela, porque tal definição pode responder para indígenas com deslocamentos em direção ao Brasil, com territórios ancestrais entrecortados pelas fronteiras legais impostas pelos estados nacionais, e que permanecem nas terras indígenas do lado brasileiro. Assim, nessa situação teriam a possibilidade de exercer os seus direitos consuetudinários, pois fora disso ficam à margem do acesso a direitos [...]. No entanto, para indígenas que se deslocam da *Guyana* e passam a residir na cidade, no caso de Boa Vista, a situação é bem mais complicada, pois seriam tratados como migrantes e estrangeiros ilegais. Seria Boa Vista tratada como parte do território tradicional? Isso é pouco provável, a menos que tivesse a chance de ser reconhecida como a maloca grande, de um passado não tão distante (FRANK, 2014, p. 24).

Em consonância com a concepção da autora, percebe-se que o deslocamento pode ser concedido mediante diversas características ou complexidades, sendo entendido como um fato social completo. Desse modo, entende-se que a mobilização ou o deslocamento de pessoas acontece mediante diversas complexidades, seja motivado por questões econômicas ou políticas de um país, como também por questões culturais e sociais de determinadas populações, conforme menciona Sayad (1998).

Quanto ao entendimento de deslocamento, permite compreender não apenas o estatuto jurídico atribuído aos personagens que se transferem de uma região à outra, mas diversos elementos aí implicados. No sentido da apropriação, por exemplo, a cidade de Boa Vista possui grande significação para as mulheres indígenas que se descolaram da Guyana para o Brasil, como demonstra Frank (2014) e Baines (2012). Isso implica a

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

investigação dos significados que o deslocamento trouxe para a vida das mulheres indígenas discentes que se deslocaram da Guyana para a comunidade Raimundão I.

Nessa perspectiva, estudar gênero não se limita apenas à análise das identidades, mas também das instituições, da política, da família, da economia, considerando ainda suas interlocuções com classe, raça, geração, assim como o valor simbólico do gênero. Portanto, tais questões estão presentes em todos os espaços que constituem representações de gênero, [...] que, por conseguinte, são relações de poder (SILVA, 2016, p. 18).

Nesse sentido, a implicação das relações de poder se faz notar desde o princípio na motivação dos deslocamentos, que podem atender a imperativos pessoais, como problemas no casamento, ou ainda a distância entre parentes. Por outro lado, as motivações econômicas e políticas também favorecem o deslocamento de mulheres que precisam partir de seu local de origem junto à família. Assim, o descolamento “obedece a uma lógica” segundo a qual as condições de vida no país de destino serão diferentes e melhor do que no lugar de origem. Entretanto, a tomada de decisão em favor do descolamento não se dá sem rupturas, principalmente quando os motivos do traslado são econômicos, políticos ou eventos conjunturais que fogem ao controle das personagens.

Dessa maneira o deslocamento através da fronteira geopolítica representa a continuidade do projeto dessas mulheres indígenas. Compreendendo se este momento e o ponto de partida de um processo que será permeado por desafios e possibilidades em suas trajetórias.

Quando chegam ao lugar de destino se deparam com outros desafios, caracterizados, nesta fase, pela necessidade de inserir-se em práticas simbólicas diferentes das suas. Mesmo quando o local de destino é outra comunidade, como em nosso caso a comunidade Raimundão I, não só o ambiente é distinto, mas a língua, as pessoas e a cultura em si. Todo um novo conjunto de valores, afetos, crenças e saberes impelem as mulheres a se habitarem à situação.

As mulheres que colaboraram para essa pesquisa possuem uma importância no contexto em que estão inseridas. É válido considerar que cada uma possuem suas particularidades e ao mesmo tempo histórias em comum.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Nesse contexto, é possível observar os anseios de cada ao sair de sua comunidade de origem, temos como ponto em comum: melhoria de vida, por meio da busca de emprego, ou seja, mulheres que queriam mudar suas histórias e seus destinos, além da sua comunidade de origem e as relações familiares, assim não estavam sem motivações afetivas para se deslocarem. A questão dos estudos acabou por ser resultante desse processo de deslocamento dessas mulheres, onde houve um despertar para a importância de estudar, algumas ainda em Boa Vista, outras na comunidade Raimundão I.

Conforme Truzzi (2008), as redes tem um fator fundamental na circulação de informações, uma vez que, podem estar relacionadas a uma família, como também a toda uma região, “Assim, as variáveis relacionais, frequentemente acomodadas em uma história narrativa, deslocam, disputam ou pelo menos completam a explicação dos fenômenos migratórios oferecidos pela abordagem estruturalista” (2008, p. 207-208). É possível perceber que esse conceito converge com a narrativa das mulheres que saíram de sua comunidade de origem, motivadas na sua maioria por pessoas que já estavam no Brasil, sejam eles avós, irmãos e até mesmo mãe e marido, nesse último caso o marido retorna para a comunidade somente para buscar a esposa.

Ao observar os relatos das mulheres indígenas sobre os deslocamentos, é possível notar uma rede de informações familiares, constituindo um fator de influência pelo qual elas passaram ao sair de sua comunidade. Essas informações se destinaram a essas mulheres como um convite para uma visita até o Brasil, ou como um convite para vim morar, demonstrando que no Brasil a situação econômica era muito melhor que a Guyana.

Nesse mesmo viés, Sayad (1998) dá uma contribuição importante ao definir o fenômeno da migração como um “fato social total”, cujo processo social transcende os limites usuais da vida cotidiana e, de certo modo, tende a interferir e se adentrar nos contextos da ação humana, orientando os indivíduos em torno da sobrevivência. (Sayad 2000), complementa ao afirmar que a cultura da migração se propaga em meio às famílias, sendo reproduzida através das relações sociais, mediada pelas crenças e normas vivenciadas nessas interações, sendo reforçadas pelas histórias contadas por migrantes e não migrantes. Dessa maneira o deslocamento espacial, vai se caracterizando no imaginário social, como uma alternativa viável para a sobrevivência cotidiana dos sujeitos, em especial aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade, constituindo a cultura da migração como a antítese do sucesso.

O processo acaba se tornando determinante, quando as mulheres indígenas tomam o controle de suas decisões e decidem sair da sua comunidade de origem em busca de melhorias financeiras principalmente. Uma questão que se pode notar nesse processo é que aquelas que se

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

deslocaram sozinhas da sua comunidade, podiam contar com pessoas em seu local de destino no Brasil e na sua maioria envolvendo relações familiares. É válido considerar que nos relatos tivemos casos como o de Luciana que saiu sozinha de sua comunidade a procura de um emprego, mesmo não possuindo alguém com laços familiares na fazenda em que foi trabalhar no Brasil.

Nessa busca por autonomia, podemos considerar a subjetividade, definida por Foucault como “uma atividade que é essencialmente ética, experimentada como prática de liberdade e não como sujeição” (SOUZA, SABATINE, MAGALHÃES, 2011, p. 13 Apud FOUCAULT, 1984), essas mulheres saíram em busca de suas liberdades e não estavam sujeitas ao processo de deslocamento por imposição de alguém e sim em busca de transformação de suas vidas sem depender de outras pessoas para tomar essa decisão por elas. Nessa perspectiva as práticas das mulheres indígenas ganham dimensões que inicialmente eram inimagináveis até para elas, que envolveu a conquista ou ampliação de suas famílias, estudos, vida na comunidade e trabalho.

Ao considerar a abordagem de gênero nas narrativas, é necessário destacar qual foi o protagonismo dessas mulheres e quais as relações de poder elas tiveram que enfrentar; como a violência e os abusos sexuais, relatados por Luciana que sofreu isso por parte de seu patrão ainda no primeiro emprego, gestante de um dos seus filhos e já casada, passou pela mesma situação, dessa vez pelo patrão de seu marido. Evidencia-se dessa forma, que a caminhada dessas mulheres não foi fácil e que muitas vezes elas se viram de frente com esses abusos por partes de homens que estavam em condições consideradas superiores, seja de força ou financeira.

Para compreender esse processo, é preciso conceituar o significado de gênero, de acordo com o Dicionário de Conceitos Históricos o gênero é normalmente associado ao “estudo das relações entre homens e mulheres pelas ciências humanas, ele ajudou a despertar o interesse da historiografia em compreender a multiplicidade de identidades femininas ao longo da história” (SILVA e SILVA, 2009, p. 166). Nesse sentido é possível considerar a identidade da mulher indígena faz parte dessa multiplicidade e de acordo com o relato de cada mulher é possível compreender as especificidades de cada uma.

As relações de poder são exemplificadas nas narrativas das mulheres, possibilita a observação das relações dentro da comunidade, como a relação mulher e trabalho na comunidade, a relação na roça e a relação marido e esposa, onde se destaca o domínio do homem sobre a mulher como no caso de acompanhar até a escola e ficar esperando até acabar a aula ou no caso, não querer que a esposa trabalhe ou estude.

Nelita Frank (2014), em sua dissertação expõe essa questão nas comunidades:

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Um exemplo é a posição de homens e mulheres nas relações de poder em relação à liderança, a participação política interna e externa. A relação política historicamente foi instituída ao homem o papel de chefe e líder, outro exemplo é a existência de relações conjugais permeadas por violência doméstica, onde as mulheres são as mais atingidas. Tão pouco a categoria gênero pode ser aplicada mecanicamente ao contexto indígena, porém as relações sociais entre indígenas são permeadas pelas dimensões de gênero, tanto na cidade como em comunidades.

Os exemplos supracitados acabam se tornando fatores que podemos identificar nas mulheres e seus relatos, tanto na comunidade Raimundão I, tanto como suas experiências em Boa Vista ou em outros municípios quando tiveram que trabalhar em fazendas. O papel do homem como chefe de família acaba sendo identificado em relatos, quando as mulheres saem de Boa Vista para acompanhar os maridos nas fazendas, ou quando são aceitas na comunidade, onde a família tem que construir sua casa e sua roça. Outro ponto a ser destacado na citação supracitada é a questão da violência contra a mulher na comunidade, presente em todos os relatos.

A violência perpassa por todas as narrativas, em todos os casos ligados a embriaguez, seja pelo consumo de bebidas alcóolicas que entram na comunidade ou as bebidas produzidas ali mesmo, e isso se torna uma prática constante, e essa questão pode estar relacionada ao machismo e a relação de poder na comunidade

(...) a violência tem assumido formas diversas, dentre as quais a silenciosa/psicológica e a física. A violência contra a mulher indígena realiza-se tanto em termos interpessoais, como sociais e étnicos, principalmente nos embates do cotidiano ocorrendo de forma continuada e tornando-se naturalizada em diversos espaços e grupos sociais. (WENCZENOVICZ; SIQUEIRA, 2017, p. 08)

Assim, é possível encontrar espaços onde a violência é naturalizada e podemos perceber isso em relatos que se mostra como algo natural o fato de que se o homem ou a mulher se embriagar, sempre haverá violência, como se automaticamente existisse uma relação entre eles. Nas palavras de (SAFFIOTI, 2004), paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero. No que se refere à violência de gênero, a violência nos lares geralmente estão direcionadas aos mais vulneráveis; mulheres, crianças e idosos. Porém, a prática de violência é uma construção de representações simbólicas de uma sociedade machista, em que o homem marca seu domínio.

Dada sua formação de macho, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este “destino” como natural” (...) as

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mulheres se submetem à violência não porque “consintam”: elas são forçadas a “ceder” porque não têm poder suficiente para consentir. (SAFFIOTI, 2004, p. 79, 80),

Outra questão que pode se destacar na comunidade é o avanço na mudança dessa realidade, onde é possível notar que existem lideranças mulheres que incentivam outras mulheres a denunciarem seus agressores e até mesmo o pajé que profibe a prática na comunidade, além da criação de uma equipe de segurança, o que precisa ser mais efetivo, mas que já se pode considerar um avanço na diminuição de casos e no encorajamento das mulheres.

Nos relatos, ao percebermos a luta das mulheres indígenas na comunidade, podemos identificar a contribuição da Organização das Mulheres indígenas de Roraima (OMIR):

Com o passar dos anos, as pautas e as bandeiras de luta foram se moldando, se aperfeiçoando de acordo com o momento e o contexto vivido, levando em consideração os aspectos específicos das mulheres como por exemplo: a violência contra a mulher, a autonomia dessas mulheres, entre outros. Com a criação da OMIR, as mulheres passam a ter mais conhecimentos sobre seus direitos, a se reunir para discutir e tomar decisões que também beneficiem as mulheres, assim como sua comunidade, pois sua luta visa trazer melhoria para a vida do seu povo como um todo. Por mais que tenham pautas específicas, também discutem sobre os aspectos mais amplos da luta indígena, como a educação, saúde diferenciada e de qualidade, e, atualmente elas possuem representatividade nesses espaços” (MOURA, 2019, p. 66)

Conforme a autora é possível perceber que a importância de uma organização de mulheres acaba por implicar em melhorias de vidas na comunidade e não somente por lutas individuais, como as pautas relacionadas ao bem comum. Essa questão vai de encontro com a importância do movimento feminista voltado para as pautas indígenas, pois a esse modo resulta na liberdade e autonomia das mulheres, para que possam atuar e contribuir para a comunidade de acordo com seu próprio protagonismo, sem imposições e obrigações arbitrárias.

A questão da violência contra a mulher e a luta das lideranças mulheres da comunidade pode ser percebida em algumas narrativas, Luciana afirma que:

Eu acharia que para melhorar, que a mulher é igualmente o homem, tem os mesmos direitos, nem atrás e nem na frente, igual, [...] precisa mais apoio pras mulheres, que a gente mesmo procura ajudar quem tá apanhando, quem tá sendo violentada, tem gente que as vezes ta tendo dificuldade de chegar nas pessoas né, tem vez que nem todas recebem a gente bem, tem vez que até briga com nós, tudo isso. Pra isso a gente tem esses segurança pra ver se melhora para as mulheres.

A narrativa supracitada é uma questão que perpassa por todos os outros relatos das mulheres que contribuíram para essa pesquisa. E essa questão é uma grande luta das pautas das mulheres e lideranças da comunidade, e pode-se perceber alguns avanços como a criação da

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

equipe de segurança e o acompanhamento dos casos de violência, além da comissão de mulheres que monitoram e vão em auxílio das mulheres violentadas, a situação é bem agravante na comunidade, que é necessária uma equipe de segurança para que as lideranças possam atuar em defesa das mulheres.

É válido destacar que juntamente com a questão da violência, em sua totalidade esta foi relacionada ao consumo de bebidas alcóolicas, mas pode-se destacar nessa questão o relato de Valeria, que afirma que “tem mulheres que tá bebendo por aí, marido delas tá batendo nela, é mudar isso, tá demais, tá bebendo por aí caxiri, tem que fazer regimento pra mudar” dessa forma percebemos que as duas questões estão relacionadas e que Valeria chama a atenção para o fato das mulheres também estarem se embriagando, dessa forma, a mesma propõe a elaboração de um regimento para que essa questão seja resolvida, mostrando a organização da comunidade. Ação que requer formação em gênero e conhecimento da Lei Maria da Penha, pois possibilitarão diferentes orientações, como combater, coibir a violência e onde buscar ajuda.

É perceptível as nuances do feminismo que se apresentam nas narrativas dessas mulheres. Visto que, muitas conquistas das mulheres se deram através dos movimentos feministas, por isso, mesmo que inconsciente as mesmas trazem consigo práticas feministas. Dessa forma a luta das mulheres indígenas está diretamente ligada as suas tradições, e o que elas consideram de relevância para sua vida, podemos perceber essa questão pelo que uma das narrativas sobre ser mulher guerreira de Manuela:

Até hoje eu sou guerreira, tô lutando ainda, lutando por que eu sempre, se alguém me chama pra fazer comida, eu vou, eu não vou negar não, eu moro aqui na comunidade, e sempre falo assim , quem quer morar aqui na comunidade tem que ajudar, por isso toda vez a gente, eu vou la ajudar o comunidade, fazer comida, eu vou fazer farinha, eu vou levar uma lata de farinha para ajudar a comunidade, fazer pajuaru, eu vou levar também, é assim pra fazer damurida, eu vou ajudar.

É possível perceber a capacidade e a especificidade da mulher indígena e que o movimento feminista agrega as lutas feministas às pautas indígenas e fortalecem a luta do movimento na comunidade. E nas narrativas podemos perceber o quanto essas mulheres contribuíram e contribuem para a comunidade, sejam na roça, no ambiente escolar e na vivência em comunidade.

As narrativas acabam por mostrar a importância da questão de gênero, as mulheres se encorajaram e tomaram suas próprias decisões, mesmo que não estivessem totalmente sós, elas perceberam que era preciso mudar a realidade de suas vidas e de suas famílias, como no caso de questões difíceis como de não deixar nenhum filho para trás ou depois voltar para buscar aqueles

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que ficaram. Sair de suas comunidades de origem não foi fácil, mas a mudança só seria possível por meio do deslocamento, que inicialmente não foi para a comunidade Raimundão I, algumas iniciaram as suas trajetórias no Brasil em fazendas, outras em Boa Vista, onde conseguiram emprego, casamento, filhos e estudos, não podemos desconsiderar que nem todas as histórias foram em comum, pois existe relatos de pessoas que não conseguiu estabilidade em Boa Vista e que considera essa fase bem difícil.

Outra questão a se considerar é a busca de melhorias por meio da educação, o que vai de encontro com a afirmação de Assis “um projeto migratório que podemos chamar de econômico, familiar e afetivo” (ASSIS, 2017, p.12), a busca por estudos converge com um projeto migratório econômico, pois essas mulheres tiveram o despertar para a possibilidade de melhoria de vida, não bastava somente conseguir um emprego, era preciso ir além e isso se daria por meio dos estudos, além da questão da violência que perpassa por todas as narrativas, podemos perceber a importância que cada uma dá aos estudos. As mulheres indígenas possuem os mais diversos anseios ligados a sua formação, desde conseguir um emprego na comunidade, ser exemplos para os seus filhos e até mesmo ir além do ensino médio, como fazer um curso superior para estarem preparadas para as oportunidades que surgirem em suas vidas.

As narrativas sobre a educação mostram como é ser mulher indígena e estudante, os desafios e as conquistas que todas enfrentam por meio da educação. Juliana estuda para ser o orgulho de sua família:

Eu vou estudar pra mim aprender, pra mim dar conselhos pro meus filhos, eu estudei, motivar eles, incentivar, eu vou se formar em alguma coisa, mas eu vou deixar pros meus filhos, um dia eu vou morrer, aí eu vou deixar minha foto lá, olha mamãe se formou, estudou neh, ta aí foto dela, lembrança dela, eu vou puxar pra minha mãe, algum vai falar assim neh, pra mim.

Com essa narrativa, é possível perceber a satisfação de Juliana com sua formação, mostrar a possibilidade dos estudos e que seus filhos não podem desistir e por meio do seu exemplo, isso seria possível. As narrativas explanam as dificuldades quando nos deparamos com o relato de Luciana:

Quando eu estudei na cidade, na época eu estudei na escola da prefeitura, no, esqueci. (alfabetização de jovens e adultos?) isso, na prefeitura, só que eu nunca conclui, toda vez que eu estudava, eu engravidava, aí com essas coisas eu deixei neh, nunca conclui, sempre tá naquele lugar, nunca saía do lugar. Então eu estudei um pouco, aprendi algumas coisas, o abc neh que eu gostei, também, tudo que eu estudei de lá mesmo eu gostei

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Luciana só pôde voltar aos estudos na Comunidade Raimundão I, e mesmo assim tiveram diversas dificuldades que quase fizeram com que a mesma desistisse de sua vida escolar, nesse processo ela teve que parar por diversos motivos até retomar os estudos. Dessa forma, as mulheres enfrentam diversos desafios em sua trajetória escolar envolvendo família e os ambientes em que estavam inseridas.

Por meio dos estudos é que essas mulheres buscam o seu destaque na comunidade, pois elas assumem papéis que consideram importantes na comunidade, como a função de merendeira como a questão de Felícia Rodolfo Samuel que por meio de sua leitura de língua portuguesa, assume o papel de assinar as documentações necessárias. Temos também o destaque de Alexandrina, que conquistou a oportunidade de ensinar a língua Macuxi para as crianças da comunidade, no qual a mesma se orgulha bastante. Nesses dois relatos podemos perceber o quanto é importante à questão do ensino de línguas nas comunidades e não perder a identidade da comunidade, ensinando as crianças à língua materna, o que valoriza essa questão e assim, as mulheres contribuem com a comunidade.

Eu sou mulher guerreira, eu gosto de cantar e dançar o parixara, gostava de ir para a escola, e vou fazer faculdade, tentar ainda e vou fazer e vou passar e continuar meus estudos quero aprender, eu vou da aula para criança agora no município de língua Macuxi e tô feliz por isso, porque o pessoal me apoia.

Por meio do exemplo de Valeria, podemos identificar a força da mulher indígena, a importância dada aos estudos e suas conquistas e isso pode ser destacado na especificidade das mulheres indígenas. E quando existe um movimento que as ajude, uma rede de mulheres que se apoiam umas às outras, a comunidade se fortalece e avança nas melhorias da vida das mulheres.

As narrativas mostram o quanto o protagonismo dessas mulheres esteve em evidência, desde a decisão de se deslocarem de suas comunidades de origem tendo como destino o Brasil até estabelecerem morada na comunidade Raimundão I. A experiência passada por cada uma acabou por desencadear suas lutas e vivências, que proporcionou as mudanças de vida de cada uma, de acordo com suas especificidades, porém cada uma enfrentou a mesma dinâmica nesse processo migratório, fatores afetivos e econômicos diretamente ligados aos contextos de cada mulher.

Um ponto importante que foi destacado pelas mulheres em suas narrativas é sobre a apropriação da comunidade Raimundão I, em que as mesmas destacam como a comunidade é acolhedora, com um espaço organizado, favorecendo as mulheres à estabilidade e uma melhor

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

condição de vida, em comparação a vida que as mesmas tiveram na Guyana, nas fazendas que trabalharam e na cidade de Boa Vista. Além disso, é importante ressaltar que a própria comunidade incentiva os estudos e a busca por novas perspectivas, portanto, essa representatividade da comunidade contribuiu com a apropriação da escola e com o crescimento dessas mulheres. Não poderia deixar de complementar que a comunidade dispõe de um espaço organizado e com um tuxaua atuante, que questiona a violência de gênero entre homens e mulheres, desmistificando as representações simbólicas que se perduraram nas comunidades sobre a violência doméstica, com essa visão de coibir a violência doméstica, cujo índice de casos é alto nas comunidades indígenas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência migratória foi um fator fundamental para que essas mulheres buscassem melhores condições de vida, apesar de todas as dificuldades enfrentadas nesse percurso. As mesmas ganharam estabilidade ao ganhar a permissão para viver na comunidade Raimundão I, e em consequente a isso, puderam construir suas roças, se inserir na comunidade, ganhar seu espaço e se apropriar dos conhecimentos escolares, que foi algo primordial para as mesmas.

A apropriação dos conhecimentos escolares foi determinante na conquista de espaços, melhores oportunidades de vida, autonomia e liberdade para essas mulheres, pois através dos estudos as mesmas passaram a ter mais perspectiva de vida, formulando um sentido de quem eram e o que queriam, enxergando possibilidades que antes lhe eram restritas. Além disso, favoreceu a apropriação da língua, que não deixa de ser um instrumento da construção da liberdade e do espaço. Por fim se observa que tanto os deslocamentos entre Brasil e Guyana, como também a apropriação da escola e da comunidade favoreceram novas subjetividades de ser mulher indígena.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Glaucia de Oliveira. **Trânsitos contemporâneos: o ir e vir de imigrantes brasileiro (as) rumo à Europa.** Terceiro milênio: Revista crítica de sociologia e política, v. 8, n. 01, p. 210-229, jan.-jun. 2017

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BAINES, Stephen Grant. Os povos indígenas Wapichana e Makuxi na fronteira Brasil-Guiana, região do Maciço Guianense. IN: **Revista Brasileira do Caribe: Goiânia**, vol. 13, n. 25, p. 13-57 jul.-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1591/159126963006.pdf>> Acessado em; 20.09.2020.

FRANK, Nelita. **A experiência de mulheres indígenas Wapichana e Makuxi em deslocamentos na fronteira Brasil-Guyana: Um Estudo sobre Gênero e Narrativas Autobiográficas**. 2014. 96p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista / Roraima, 2014.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **Projeto Kuwai Kîrî: a experiência amazônica dos índios urbanos de Boa Vista – Roraima**. Boa Vista, RR: EDUFRR, 2010. 71 p.

MAGALHÃES, B. R.; SABOTINE, T. T.; SOUZA, L. A. F. (orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2011.

MOURA, Luana Almeida de. **Organização das mulheres indígenas de Roraima (OMIR): uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por seus direitos**. Dissertação (mestrado em Sociedade e Fronteira). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista – RR, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração. Ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998. 299 p.

SAYAD, Abdelmalek. **O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante**. *Revista Travessia*, 13: p. 7–32. 2000.

SILVA, Raimunda Gomes da. **Deslocamentos, sonhos, desafios e identidades: experiência de mulheres nordestinas na cidade de Boa Vista/Roraima (1985-2000)**. 2016. 268 p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H.. **Dicionário de Conceitos Históricos, 2ª ed., 2ª reimpressão**. São Paulo: Contexto, 2009.

SIQUEIRA, R. E. A.; WENCZENOVICK, T. J. **Colonialidade, mulher indígena e violência: reflexões contemporâneas**. *Revista de Movimentos Sociais e conflitos*, Brasília, v. 3, p. 1-19, Jan. – Jun. 2017.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios.** Tempo social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 199-218. jun. 2008.